

## UM OLHAR SOBRE A PERMANÊNCIA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

### *A LOOK AT THE PERMANENCE OF WOMEN IN SITUATIONS OF VIOLENCE*

Geovana da Palma Celestino<sup>1</sup>

Andréa Campos Romanholi<sup>2</sup>

**RESUMO:** Com o aumento dos índices de violência contra a mulher, torna-se crescente a necessidade de estudos que busquem compreender este fenômeno em suas diversas dimensões, com vistas a enfrentá-lo. O presente estudo objetivou levantar a percepção de mulheres que vivenciam situações de violência no relacionamento afetivo sobre os possíveis fatores que influenciam sua permanência nesta relação. Outros objetivos foram apurar o entendimento das mulheres sobre a violência no relacionamento e identificar os afetos vivenciados e as justificativas dadas a si mesmas sobre sua permanência no relacionamento. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de finalidade descritiva, com caráter ex-postfacto, realizada através de uma entrevista individual semiestruturada aplicada a seis mulheres com idades variando entre 22 a 26 anos. Para análise dos resultados, o método utilizado foi a análise de conteúdo, na forma de análise temática. Os resultados mostraram que fatores como a compreensão da violência perpetrada na relação como ato de cuidado, a dependência emocional e financeira e o medo da solidão são fatores que podem contribuir para que a mulher em situação de violência permaneça na relação. A pesquisa permitiu compreender que há uma necessidade de tornar mais visíveis os temas relacionados à violência contra a mulher, pois, apesar de serem expostos em nossa sociedade, algumas participantes demonstraram a dificuldade de reconhecer a violência enquanto estavam nessa relação. É importante a realização de novas pesquisas sobre o tema, bem como pensar em estratégias facilitadoras para que o reconhecimento da violência seja mais explícito e acessível às mulheres.

**Palavras chave:** Violência contra a mulher. Relacionamento abusivo. Permanência na relação. Psicologia.

**ABSTRACT:** *With the increase in the rates of violence against women, there is a growing need for studies that seek to understand this phenomenon in its various dimensions, with a view to confronting it. This study aimed to raise the perception of women who experience situations of violence in their affective relationships about the possible factors that influence their permanence in this relationship. Other objectives were to determine the women's understanding of violence in relationships and to identify the feelings experienced and the justifications given to themselves about their permanence in the relationship. This is a qualitative research, with a descriptive purpose, with an ex-postfacto character, carried out through a semi-structured individual interview applied to six women aged between 22 and 26 years. To analyze the results, the method used was content analysis, in the form of thematic analysis. The results showed that factors such as understanding the violence perpetrated in the relationship as an act of care, emotional and financial dependence and fear of loneliness are factors that can contribute to the woman in a situation of violence remaining in the relationship. The research allowed us to understand that there is a need to make issues related to violence against women more visible, because, despite being exposed in our society, some participants demonstrated the difficulty of recognizing violence while they*

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Salesiano – UniSales (geovana.celestino@souunisaes.com.br)

<sup>2</sup> Centro Universitário Salesiano – UniSales (aromanholi@salesiano.br)

*were in this relationship. It is important to carry out further research on the subject, as well as think of facilitating strategies so that the recognition of violence is more explicit and accessible to women.*

**Keywords:** *Violence against women. Abusive relationship. Permanence in the relationship. Psychology.*

## 1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), apenas no ano de 2021 houve um total de 1.319 casos de feminicídios no Brasil, tendo havido uma redução de 32 vítimas comparado ao ano de 2020. Os dados entre o início de 2019, no estágio inicial da pandemia da Covid-19, e final de 2021, indicaram que 2.451 mulheres tiveram suas vidas interrompidas.

A magnitude destes dados demonstra como é importante pensar sobre a construção da violência contra a mulher na sociedade e como se manifesta no contexto atual. Para Hooks (2018), as mulheres são socializadas para enxergar a violência como um recurso aceitável de controle social, em uma sociedade que há uma cultura de dominação masculina. Considerando a cultura existente, os sujeitos estabelecem, de maneira naturalizada por um pensamento sexista, um modelo em que grupos dominantes obtêm o poder em uma ordem hierárquica e patriarcal.

É necessário compreender que a cultura da violência está diretamente ligada a um fenômeno coletivo, que não diz respeito apenas ao campo privado, estando associada à construção da representação social da mulher em uma sociedade que, por muito tempo, associou o seu lugar de feminilidade somente à submissão ao homem.

Considerando a cultura existente e a concepção do papel feminino, apesar dos avanços, é possível notar discursos ainda produzidos que articulam o pensamento de dominância da relação ser propriamente do homem.

É importante destacar que a subordinação da mulher esteve presente em quase todas as etapas na história da humanidade, corroborando assim uma cultura que determinou papéis sociais às mulheres e aos homens, e legitimando a inferioridade da mulher e a violência contra a mulher, por conseguinte, estando subjugada, não podia trazer à tona seus sofrimentos porque não encontrava adesão (BIELLA, 2005, p 15).

Correspondendo a esta construção histórica, o papel e a expectativa atribuída à mulher eram em torno dos afazeres domésticos, visando a se tornar mãe, cuidar dos filhos, ser doce, meiga, além de subordinada. Enquanto ao homem atribuem-se todos os direitos e liberdades, a força, a virilidade, o controle, a ostentação da potência sexual, entre outras ideias construídas ao longo da história (BIELLA, 2005).

Compreende-se que esta construção dos papéis seja fruto da violência de gênero e de uma sociedade patriarcal, o que contribui para a ocorrência de relações conjugais em que há perpetração da violência. Por conseguinte, tal herança influencia de forma contínua as relações estabelecidas por meio das instituições como família, escola, igreja e os valores culturais que são passados pelas gerações, representando, assim, comportamentos dos papéis ensinados (GOMES; FREIRE, 2005).

É importante evidenciar que, a partir dos movimentos e reivindicações feministas, no século XX foram atribuídos novos espaços de inserção para as mulheres, permitindo dar voz a essa

mulher e questionando os papéis impostos socialmente na história. Pinto (2010), destaca como, no Brasil, após a redemocratização dos anos 1980, o feminismo conseguiu alguns avanços e conquistas relativas aos direitos das mulheres, o que resulta na presença de garantias destes direitos na Constituição de 1988. A autora destaca a busca de maior participação política por parte das mulheres e as lutas pela aprovação de medidas protetivas, destacando-se a busca de proteção contra a violência doméstica, caminho que levou à criação das Delegacias Especiais da Mulher e, em 2006, à aprovação da Lei n. 11 340, de 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Com todos os importantes avanços e conquistas, a luta das mulheres, porém, ainda segue com grandes desafios e exatamente a questão da violência contra as mulheres é uma dos pontos em que a realidade tem se mostrado mais dura, haja vista os dados apresentados acima.

Segundo Day et al. (2003, p. 15), “A violência contra as mulheres é o tipo mais generalizado de abuso dos direitos humanos no mundo e o menos reconhecido”, destacando-se o fato de que as mulheres têm mais chance de sofrerem violência não por estranhos e nas ruas, como é o caso dos homens. O mais provável, para as mulheres, é que a violência aconteça dentro de casa, cometida por familiares ou por seus parceiros íntimos, caracterizando a chamada violência doméstica.

Esta forma de violência foi definida oficialmente pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de 1993, na ‘Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres’, como “Qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual, psicológico ou sofrimento para a mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, quer ocorra em público ou na vida privada” (ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993).

Diante da importância das discussões sobre a temática, é importante buscar o entendimento de como se dão e se mantêm as relações em que a violência se faz presente. Dentro destas relações, um aspecto que merece atenção é o fato de ser relativamente comum observar a permanência de mulheres no relacionamento abusivo mesmo havendo ferramentas utilizadas na divulgação sobre as diferentes formas como a violência se apresenta e a gravidade da situação.

Em linhas gerais, o conceito de relacionamento abusivo frisa a violência psicológica e emocional em relações afetivas. Para além da violência física, demonstrações de ciúmes e ações que diminuiriam a autoestima ou limitariam a autonomia da mulher passam a ser práticas consideradas abusivas. Além disso, ao contrário do assédio e do estupro, o conceito de relacionamento abusivo pressupõe haver intimidade prévia entre vítima e agressor, passando a tensionar também a esfera íntima (SANTOS; SANCHOTENE; VAZ, 2019, p. 124).

Importante lembrar que o relacionamento abusivo não se apresenta somente nas relações heteronormativas. Alencar (2017, p.12) destaca que há um ocultamento da violência nas relações homoafetivas, sendo necessário considerar, também, a “ocorrência da violência doméstica nos relacionamentos homoafetivos, com o intuito de evidenciar esse grave problema que atinge as mulheres lésbicas e contribuir para a desmistificação de alguns mitos que favorecem o ocultamento desse fenômeno”. Assim, para além da questão de gênero, o autor aponta que se deve compreender a violência doméstica como uma relação existente de disputa de poder e controle sobre o outro em uma relação.

Considerando-se o amplo contexto da violência doméstica, este projeto teve como objetivo geral levantar a percepção de mulheres que vivenciam, ou vivenciaram, situações de violência no relacionamento afetivo sobre os possíveis fatores que influenciam sua permanência nesta relação e, como objetivos específicos, apurar seu entendimento sobre a violência no relacionamento; identificar os afetos vivenciados por estas mulheres no relacionamento abusivo; levantar como justificam para si mesmas as razões para sua permanência em um relacionamento abusivo e dar voz a mulheres que vivem, ou viveram, relacionamentos abusivos.

O estudo se justifica em razão do aumento crescente de casos de violência contra a mulher em nossa sociedade, o que torna importante no meio acadêmico desenvolver pesquisas na temática visando contribuir com a produção de conhecimento científico e para o aumento do arcabouço teórico da psicologia sobre o tema, o que ampliará suas possibilidades de intervenção junto a este público.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

A violência cometida contra as mulheres é inquestionavelmente um tema preocupante, sendo importante, de início, destacar a definição apontada pela Lei Maria da Penha, referência nacional para o tema, sobre o que é violência.

Esta Lei trata da violência doméstica e familiar contra a mulher e a define, em seu Artigo 5º, como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006). Em seu texto, esta Lei busca mecanismos e ações com o intuito de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Uma complexidade da problemática da violência, que é necessário pensar, refere-se ao processo da construção histórica no qual são atribuídas às mulheres e aos homens papéis distintos impostos pela sociedade e que resultam na construção da identidade social. Como citado por Gomes e Freire (2005), essa construção determina as diferenças entre os sexos, legitimando a suposta inferioridade feminina e validando a dominação masculina. A partir disso, as relações em que há perpetração de violência passam a ser naturalizadas.

Segundo Saffioti (1999), a concepção socialmente repetida de que em “Briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” é um fator que, por muitas vezes, traz consigo a naturalização a respeito da violência e, conseqüentemente, ao se tornar tão natural, passa a ser aceitável e tolerável. Contudo, é relevante considerar os efeitos existentes de uma relação que há perpetração da violência.

A mulher é vista de forma naturalizada em seu papel de submissão na sociedade patriarcal. Desde a antiguidade as mulheres tinham poucos direitos na sociedade, cabendo-lhes, como dever, estar ao lado da figura masculina. E é a partir dessas responsabilidades sociais que as relações são estabelecidas, contribuindo para o surgimento e naturalização da violência doméstica.

Ao longo da história, porém, ocorreram questionamentos quanto a imposição dessas expectativas e, por conta disso, algumas mulheres desejaram ter seus próprios direitos e sua liberdade, surgindo o movimento feminista. A primeira onda feminista ocorreu a partir da última década do século XIX, na Inglaterra. No entanto, no Brasil a primeira onda se deu

através da luta e direito ao voto, sendo este direito conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro (PINTO, 2010).

Bertha Lutz foi a responsável por um dos avanços históricos da luta das mulheres, pois ao retornar para o Brasil na década de 1910, deu início à luta por um dos pontos importantes pelo reconhecimento de direitos das mulheres, que era o voto. É importante ressaltar que muitos dos direitos instaurados hoje na sociedade são advindos desse movimento e de lutas de mais mulheres ao questionar o papel que lhes era imposto (PINTO, 2010). A partir do reconhecimento de um novo lugar se garantem direitos, e se estruturam meios jurídicos que respaldam as mulheres, como a Lei Maria da Penha e os serviços destinados à atenção à mulher em situação de violência.

No artigo 7º da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), há a definição de cinco formas de violência contra a mulher: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A violência física é tida como qualquer conduta que cause danos à integridade corporal. A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause danos emocionais, tendo em vista que atos como controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito da pessoa de ir e vir ou qualquer outro meio gerador de prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação entram nesse quesito.

Enquanto isso, a violência sexual é compreendida como qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual que não tenha desejado, seja por meio de intimidação, ameaça, coação ou uso da força. Bem como impedir o uso de métodos contraceptivos, forçar gravidez, aborto, prostituição, matrimônio. A violência patrimonial configura a retenção ou destruição de objetos, documentos pessoais, bens, direitos e satisfação da necessidade. Por fim, tem-se violência moral que diz respeito a qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

É importante salientar que dentre as formas de violência existentes, a psicológica é a mais silenciosa e, de certa forma, influencia as mulheres em relacionamentos com perpetração de violência na perda da sua identidade, dignidade, e realidade ao qual estão vivenciando. Assim, muitas das vezes as mulheres não se percebem vivenciando um relacionamento violento, não percebem os fatos vividos enquanto violência e, quando ocorre a identificação, há dificuldade de sair do ciclo (SCHWAB; MEIRELES, 2017)

Além disso, Hirigoyen citado por Schwab e Meireles (2017) aponta algumas microviolências difíceis de ser observadas no fenômeno da violência psicológica como o controle, isolamento, ciúme patológico, assédio, aviltamento, humilhações, atos de intimidação, indiferenças às demandas afetivas e ameaças.

Contribui para a dificuldade de se perceber e enfrentar a violência doméstica a existência comum do chamado ‘ciclo da violência’, descrito por Soares (2005) como tendo três fases. Na primeira fase inicia-se a tensão na relação, ocorrendo pequenos atos como agressões verbais, manifestações de ciúme e outras, que a mulher tende a relevar considerando serem circunstanciais ou mesmo de sua responsabilidade. A segunda fase é a do descontrole e explosão da violência e das agressões físicas, quando se instaura, de fato, o medo e a raiva, assim como a possibilidade de ruptura da relação. Porém, é a fase mais breve, pois logo deriva na terceira fase quando, após os episódios de agressão, é comum haver um período que se

compreende como sendo uma “lua de mel”, quando o autor de violência apresenta uma falsa mudança a essa mulher, que tende a se mostrar compreensiva quanto ao ato cometido, fazendo-a permanecer na relação por meio de promessas. No entanto, ainda assim o ciclo de violência se repete de maneira contínua, levando a mulher a ser tolerante à situação sem que perceba.

Dias, citado por Oliveira (2015), explicita que o ciclo da violência é tido como perverso, pois, suas ações não se apresentam primariamente enquanto agressões físicas, mas inicialmente a partir do silenciamento na relação, da reprovação das atitudes, de gritos que passam a dar espaço a empurrões, tapas e socos, de forma que, para as pessoas de fora da relação, o autor da violência, por muito tempo, não aparenta ser agressivo, mas um cônjuge agradável, respeitoso e bom marido. Posto isto, em alguns casos, a mulher em situação de violência justifica tais comportamentos agressivos, crendo ser de sua responsabilidade as atitudes do parceiro, ou entendem que as atitudes deste representam apenas uma fase, pois acredita que ele mudará.

Soares (2005) alerta que se trata de um padrão comum, mas que nem todos os relacionamentos abusivos e violentos se desenvolvem assim, havendo configurações diversas, sendo, de todo modo, importante conhecer este ciclo com vistas a alertar as mulheres para sua identificação nos casos em que este se faz presente.

Albertim e Martins (2018, p.4) afirmam que “Cada vez que uma mulher passa por esse percurso, mais fragilizada psicologicamente e mais desacreditada de si mesma ela fica sendo de extrema importância o apoio de uma terceira pessoa para auxiliá-la no rompimento do ciclo do abuso”. E lembram, com Saffioti (1999, p. 85), que para que seja rompido um relacionamento abusivo é necessária “intervenção externa. Raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo”.

Segundo Oliveira (2015), para que haja a configuração de violência doméstica não é preciso que as partes tenham efetuado o matrimônio, sendo suficiente a existência de vínculo afetivo, de relação doméstica ou mesma familiar. Partindo dessa ideia, o autor da violência pode ser marido, ex-marido, companheiro, ex-companheiro, namorado, ex-namorado.

para que seja configurada violência doméstica, não é necessário que as partes tenham sido casadas, nem que sejam marido e mulher. Para ser caracterizada a violência doméstica, basta apenas que esteja caracterizado o vínculo de afetividade, de relação doméstica ou de relação familiar. Posto isso, considera-se sujeito ativo homem ou a mulher que praticou a violência, dentre qualquer uma de suas formas, no âmbito familiar (OLIVEIRA, 2015, p. 24)

No Brasil, conforme há aprofundamento no tema, percebe-se que existe subnotificação da violência contra a mulher (KIND et al, 2013), havendo um importante trabalho a ser feito visando a melhoria da informação sobre este agravo. Além disso, no que concerne à denúncia da agressão, também pode ocorrer a dificuldade ou recusa da mulher para submeter sua queixa aos meios jurídicos devidos, pois, entre outras causas, em muitos casos ocorre coerção por parte do agressor e a mulher pode se ver no papel de desistir dessa denúncia, podendo ocorrer ainda, pelos mesmos motivos, desistência de denúncia já feita.

De acordo com Jong, Sadala, Tanaka (2008, p. 749):

As mulheres que continuam com os companheiros, após este processo de denúncia-desistência da denúncia, valorizam os sentimentos de afeto que os unem e a lembrança de que ele pode ser uma pessoa decente e confiável. Expressam

sentimentos de arrependimento e culpa, por terem ousado comparecer a uma delegacia formalizando acusação contra o marido.

É importante olhar a respeito, pois é através do fenômeno vivenciado que se compreende a dinâmica existente dentro do relacionamento que há perpetração de violência. Considerando que a violência pode apresentar-se de diversas maneiras, tem-se que pensar que esse lugar de renúncia de direito que ocorre ao se retirar uma denúncia ou retornar para o parceiro, também diz de uma violência sendo perpetrada, seja esta influenciada pela violência psicológica ou por outros contextos.

Falcke et al. (2009, p. 86-87) afirmam que:

A denúncia da situação abusiva à polícia, que geralmente ocorre logo após o episódio agudo, tem a função específica de interromper momentaneamente o ciclo de violência, introduzindo uma autoridade externa que contribui para modificar a correlação de forças no contexto familiar.

Compreender que a denúncia pode ser um mecanismo de sair desse relacionamento e, ao mesmo tempo, entender as dificuldades que a mulher pode ter para sustentar esta ação é de suma importância, pois assim os profissionais dos serviços de assistência e apoio podem conseguir se colocar no lugar de alguém externo necessário para que a mulher efetivamente consiga se afastar e manter medidas possíveis de distanciamento do agressor.

Soares (2005, p. 27) alerta para o erro no pensamento de quem pensa que: “se elas ficam tanto tempo sendo agredidas; se elas denunciam seus parceiros e depois retiram a queixa; se elas não se separam logo é porque devem gostar disso, não têm caráter, são doentes ou covardes”.

Cabe lembrar que o abuso pode ocorrer de formas distintas, havendo consequências da relação abusiva que podem gerar prejuízos psíquicos, físicos e até mesmo afetar as relações familiares, interpessoais e de convívio externos devido ao isolamento ser um fator que o autor de violência utiliza como forma de que essa mulher se afaste de seus amigos e familiares, não tendo mais acesso a sua rede de apoio.

De acordo com Hirigoyen, citado por Schwab e Meireles (2017, p. 24), uma maneira de reconhecer uma mulher em situação de violência é observar as diferenças apresentadas pela vítima como:

Notar que se tornou apática, fechada, deprimida, que está se deixando levar pela vida, sempre nervosa e ansiosa perto do parceiro; observar que o homem responde pela mulher, que controla suas saídas, sua aparência, os lugares onde frequenta, que decide por ela, que a crítica ou que zomba dela diante dos outros.

A partir do momento que se consegue identificar certas mudanças, pode-se tentar desenvolver uma relação em que a pessoa se sinta confortável e acolhida, a fim de que sejam estabelecidas as estratégias para que esta mulher tenha seus direitos garantidos e as medidas necessárias se tornem devidamente atuantes em sua vida.

Ao pensar sobre medidas de prevenção, a Lei Maria da Penha (2006) aponta, em seu Artigo 8º, as diretrizes das políticas públicas como meio de articular e implementar serviços. Pode-se citar o atendimento especializado e as medidas protetivas como contribuição para coibir a violência doméstica, pensando no contexto em que esta mulher está inserida e na gravidade da agressão. O acesso ao conhecimento e à informação, será uma forma de que essa mulher consiga romper com a situação de violência a partir do momento que repensam sobre os direitos e os serviços atribuídos a sua demanda.

Maia e Cascaes (2017) apontam que a violência psicológica não é facilmente reconhecida pela mulher em situação de violência, dificultando o rompimento desse relacionamento, pois, embora as mulheres considerem ser inaceitável a violência física, isso não se dá por parte da violência psicológica, forma de violência que leva a mulher a duvidar de si mesma e de sua percepção quando a interpretação da violência, podendo julgar estar exagerando. Apontam, ainda, que o agressor ou agressora poderá fazer o possível para que a mulher em situação de violência se isole de maneira progressiva de sua rede de apoio, facilitando a manutenção do ciclo de violência nesta relação.

A respeito da permanência das mulheres no relacionamento, Day et al. (2003, p. 16) apontam que:

A reação da mulher à violência é, frequentemente, limitada pelas opções à sua disposição. Os motivos mais alegados para continuar em um relacionamento abusivo são: medo de represália, perda do suporte financeiro, preocupação com os filhos, dependência emocional e financeira, perda de suporte da família e dos amigos, esperança de que “ele vai mudar um dia”.

Rodrigues (2020), sobre os motivos da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos, também refere a dependência financeira e o medo, tanto quanto a sua integridade como a dos seus familiares. E cita, ainda, a presença de sentimento de culpa e a falta de apoio de familiares e amigos.

Compreender as implicações de vivenciar um relacionamento com perpetração de violência possibilita pensar em políticas públicas e mecanismos que auxiliem na contribuição da saúde da mulher. Leite et al. (2016, p. 4855):

Mulheres que foram vítimas de violência são mais propensas a apresentarem um quadro precário de saúde e de cometer suicídio, além de fazer uso de substâncias e apresentarem mudanças fisiológicas geradas pelo estresse. Esse fenômeno acarreta além de danos físicos, danos psicológicos como transtorno mental, depressão, distúrbios alimentares e de sono, além de estresse pós-traumático.

Considera-se, assim, relevante que ocorram pesquisas que busquem olhar para os encadeamentos de uma relação com perpetração de violência, visando a compreensão sobre este fenômeno, especialmente sobre as dificuldades para o rompimento do ciclo de violência por parte da mulher. Será apenas entendendo melhor esta situação que se poderá encontrar caminhos para auxiliar mulheres que se encontram nesta difícil situação.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa, do tipo pesquisa ex-post facto, teve abordagem qualitativa e finalidade descritiva. Segundo Gil (2008), as pesquisas descritivas buscam identificar características ou levantar opiniões e percepções de determinada população sobre um tema específico.

Além disso, por apresentar o caráter ex-post facto que significa “a partir do fato passado”, possibilitou verificar a existência das relações entre os fatores que influenciam o fenômeno estudado (GIL, 2008), no caso, a permanência de mulheres em situação de violência. Por fim, optando por tal pesquisa não há controle pré-determinado devido a ocorrência ser antecedente, mas permite que ocorra identificação de fatores envolvidos nos fenômenos ocorridos. O foco

é utilizar a descrição apresentada pelas participantes como meio de coletar os dados necessários.

### 3.2 PARTICIPANTES

Participaram desta pesquisa 6 (seis) mulheres adultas, com idade acima de 18 (dezoito) anos, que já haviam vivenciado uma relação afetiva em que ocorreu perpetração da violência - seja através da violência física, sexual, patrimonial, moral ou psicológica. As participantes foram selecionadas por conveniência e proximidade (GIL, 2008).

### 3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

O instrumento utilizado para coleta de dados utilizado foi a entrevista individual semiestruturada, constituída por questões abertas para discorrer sobre o tema proposto. Foi estabelecido previamente um roteiro com algumas questões, no entanto, a entrevista foi conduzida semelhante a uma conversação informal. Tal preferência se deu pela possibilidade de no momento oportuno fazer perguntas adicionais dentro do contexto da entrevista. Além disso, a entrevista semiestruturada permite a expressão das perspectivas das participantes, produzindo um relato mais detalhado enriquecendo as informações da coleta de dados (BONI; QUARESMA, 2005). A escolha desta deu-se pelo fato das entrevistadas terem liberdade de expressar-se livremente, possibilitando o espaço de manifestação de suas subjetividades.

### 3.4 ASPECTOS ÉTICOS

Esta pesquisa seguiu todos os parâmetros e determinações éticas definidas pelo Código de Ética da Psicologia (2005), em seu Artigo 16º; e das Resoluções nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e Resolução nº 510 do dia 07 de abril de 2016.

Desse modo, foi garantido o caráter voluntário da participação das envolvidas, mediante seu consentimento livre e esclarecido, o anonimato das entrevistadas e o acesso aos resultados da pesquisa após seu encerramento. As participantes foram informadas que, com relação aos dados da pesquisa, será garantida confidencialidade e a privacidade, não havendo exposição de sua imagem ou de qualquer informação pessoal. Assim, não há riscos de prejuízo das pessoas, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros. Os resultados serão divulgados na forma de relatório e/ou artigo científico, bem como de apresentação em eventos, garantindo-se o anonimato, de forma que não há riscos de estigmatização dos participantes da pesquisa.

Foram avaliados os riscos existentes no desenvolvimento da pesquisa, sendo considerados riscos mínimos, relativos apenas à possibilidade de constrangimento ou afluxo de emoções no relato dos dados. A fim de proteger e resguardar as participantes de danos nestes casos, foi oferecido suporte e apoio às participantes que necessitassem.

Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que explicava todos os aspectos da pesquisa e todos os seus direitos, inclusive o de desistir de sua participação a qualquer momento.

### 3.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

A análise dos resultados foi feita utilizando a técnica da análise de conteúdo, na forma de análise temática. Nesse método o texto da expressão do sujeito foi lido repetidas vezes na busca de identificação de temas em destaque. Após a leitura e o trabalho com o material foi feita a categorização daquilo que possui repetição e de significações identificadas no conjunto das respostas, identificando o que há em comum e agrupando em categorias (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram ouvidas seis mulheres com idades variando de 22 a 26 anos, sem filhos, quatro com ensino superior completo e duas cursando ensino superior. Na apresentação dos resultados as participantes serão citadas com nomes fictícios a fim de possibilitar relatar partes das vivências sem expor dados de sua identidade. Os nomes utilizados foram: Melissa, Maria, Eduarda, Bárbara, Helena e Lua.

A partir do objetivo da pesquisa e das respostas coletadas foi possível determinar quatro categorias a respeito do tema em questão.

### 4.1 VIVÊNCIA DO RELACIONAMENTO ABUSIVO

As vivências relatadas pelas participantes torna possível, através da escuta de suas histórias, compreender melhor quem viveu uma situação de violência.

Helena é uma jovem que hoje tem 26 anos e encontra-se gestante de seu atual parceiro. Relata que conheceu seu antigo parceiro por dois meses antes de iniciar uma relação. Após iniciaram o relacionamento, notou com o passar do tempo comportamentos abusivos. Dentre esses, Helena cita:

[...].Com o tempo foi tendo controle excessivo, me ligava em horários absurdos, tipo horário de trabalho, horário de aula de faculdade e, se chegasse intervalo da faculdade e eu não ligasse para ele, ele já achava que eu estava com outra pessoa, assim, então minha liberdade foi ceifada aos poucos.

A mesma retrata que no decorrer do relacionamento de dois anos e meio, dos quais por um ano moraram praticamente juntos, foi que a violência ficou mais visível. Afirma que era uma relação cíclica e que se dava da seguinte maneira "a pessoa te trata, comete o abuso, você reage aí a pessoa fala que vai mudar e daqui a pouco vira um anjo, faz de novo o processo, até que acontece de novo, e vira aquela bola de neve". Helena relata que além desses acontecimentos, houve violência física em dada situação em que ele pegou o seu celular, foi ao banheiro para ler as conversas, e ao sair a empurrou, ocorrendo necessidade da mesma levar pontos diante do acontecido. As marcas permaneceram em seu corpo, os roxos ela tinha que esconder de sua família.

Outro fator existente é que o companheiro na época não trabalhava, então a responsabilidade financeira na relação era dela, se dava a partir do seu trabalho. Ao perguntar como foi para Helena manter essa relação, ela disse que sempre foi de balancear muitas coisas, colocava tudo na balança, os momentos bons e ruins, mas que, com o passar do tempo, se tornou desgastante, a liberdade dela aos poucos havia sido diminuída, pois quando morava com ele,

nos momentos que estava no trabalho ele ligava e, se ela não atendesse, ele ligava para empresa. Ela relata que, devido a algumas situações, estava com muito medo de alguma coisa acontecer e ficar carregando uma culpa.

A segunda participante foi Lua, uma jovem que hoje possui 23 anos. Relata que a relação durou quase três anos, sendo boa parte deles à distância, não ocorrendo episódios de violência física. No entanto, era uma relação de muito ciúmes em relação a tudo. Ela relatou que ele a xingava de “todo tipo que é nome” e sempre impunha a ela que ela escolhesse sair ou terminar quando ocorria convites de seus familiares e amigos. Relata que houve um episódio em que estavam juntos, eles estavam discutindo por algo que aconteceu, e ela se encontrava aos prantos e ele brigando com ela a xingava de puta, dizia que ela não prestava, que não era boa namorada, e que nesse dia, após os xingamentos, ele foi ao banheiro e deu um murro na parede.

Lua relata que durante os diversos episódios que ocorreram, um deles ela foi ao supermercado e informou ao companheiro que iria demorar um pouco, e ao chegar em casa e informar ao mesmo que já havia retornado, se deparou com mais xingamentos pelo celular. Sobre esta situação, a mesma disse: “Eu acredito que se ele estivesse pessoalmente aqui ele teria me batido, porque cada palavra que ele me dizia era chocante! É, ele falava que eu era burra, puta, que eu era ridícula”. Por fim, ela diz que, apesar de não ter ocorrido violência física, se ambos morassem juntos ou na mesma cidade ela crê que isso teria acontecido. Além desses acontecimentos, em um momento que o mesmo estava em uma situação delicada, se dirigiu a ela no momento que ela o escutava dizendo que ela “não servia para ajudá-lo, que seria uma péssima psicóloga, não servia nem para ajudar um namorado, imagine para ajudar as pessoas”. Ao perguntar a Lua como era para ela manter essa relação, ela disse que “Era cansativo, uma pessoa que estava ali sugando suas energias, que só se referia a você com palavões. Se algum dia ele virasse falasse que ‘Você é linda, como você está bonita’... me elogiasse, não tinha isso na nossa relação.”.

Eduarda, uma jovem de 22 anos, relata que a relação em questão durou três meses, e que “No começo é sempre tudo muito bonito, as palavras, a pessoa vai tentando te conquistar, e aí chega um determinado momento que você fica refém disso”. No contexto dessa relação o companheiro não saía com ela, somente ficavam escondidos porque ele não queria que as pessoas os vissem juntos. O mesmo falava que ela deveria ir a casa dele, colocar a mão nele de determinada forma, e quando ela relatava que não queria e que nunca havia feito isso, diz que “Sempre tinha um tipo de manipulação, assim né, tipo se você for assim nenhuma pessoa vai querer ficar com você, é (pausa) já fiquei com pessoas que tinham treze anos e faziam muito mais coisas que você faz”. Eduarda disse que o processo de manter essa relação a fazia sentir mal, mas que, por vezes, cedia, para tentar agradá-lo, porque era isso que passava na cabeça dela na época. Além disso, ela disse que a situação a fazia ver que era ruim estar com ela se não fizesse o que ele queria, era como se ela fosse uma vergonha para ele, por não se exporem e se verem só escondido.

Melissa, uma jovem de 26 anos, relatou ter sido casada por cinco anos com a companheira, e que tudo ocorreu de maneira sutil. Com o tempo a sua programação era alinhada a da sua parceira, de forma que ela não tinha liberdade quanto a sua vida, pois dependia financeiramente da companheira. Ocorreram episódios no relacionamento de violência sexual, de ficar presa em casa porque a parceira levou as chaves. Os abusos psicológicos eram constantes, reforçando que ela não era capaz, havia engordado, e que ninguém a iria querer ou

iria ajudá-la. Quanto às agressões físicas, só após um tempo que terminou a relação, ela foi relatando, que antes escondia os roxos justificando ter batido em algum lugar. Com o término ela não pode levar suas coisas embora, coisas essas significativas que eram da avó que havia falecido, e esta nem pôde digerir o luto e a falta deixada, pois a companheira não a permitia vivenciar. Teve que lidar com o fato de até hoje não ter as suas coisas de volta, não poder buscar seus animais e objetos e valores sentimentais, porque a condição era voltar a relação. “Eu me sentia sempre em dívida com ela, eu achava que cabia a mim o papel de manter a felicidade dela, ela satisfeita, e assim que era o casamento, uma vez que a gente casou eu deveria aguentar tudo.”, essa foi a fala de Melissa ao questionar como foi para ela manter essa relação. Acreditava que ou aquilo era normal, não mereceria ou não era boa o bastante e por isso aguentava.

Maria, hoje tem 24, vivenciou uma relação que não determinavam como namoro, pois ambos podiam se relacionar com outras pessoas. Relata que por um tempo ela só ficava com ele, embora ele ficasse com outras pessoas, pois foi o combinado entre eles. Mas, que após esse tempo ela começou a se envolver com outras pessoas e notou da parte dele retornos distintos do que haviam combinado, “porque ele ficava com quem ele queria, mas quando eu ficava sempre alguma coisa tava errada.” A partir disso, ocorreu um episódio específico em que ele teve ciúmes, e começou, na van onde estavam, uma discussão a deixou, como definido por ela, com uma pulga atrás da orelha. Maria relata que ele:

Sempre comentava algo sobre meu corpo, a vida inteira eu fui gorda, mas até então eu não tinha nenhum problema, assim, eu tinha uma autoestima baixa, mas não algo que limitasse alguma coisa. Comecei a ouvir alguns comentários do tipo ‘O seu rosto é muito bonito’, mas algo falando do meu corpo. Só que, na minha cabeça, vindo de alguém que eu gostava e gostava de mim não era nada escandaloso, era como se fizesse alguma coisa pro meu bem.

Continuou relatando que ele zombava da sua fé, não a queria próxima aos amigos que ela tinha vinculados à igreja, e que em dado momento a encontrou com esses amigos e começou a brigar, gritando com ela que não sabia lidar com a vida e que aprenderia muito ainda. Além disso, ela relatou que “em inúmeros momentos eu quase perdi minha virgindade com ele, e em todos os momentos eu ficava totalmente insegura e não sabia o porquê. Em alguns casos, ele chegou a tentar forçar o momento, de eu falar para ele parar e ele não parava.”. Maria, dizia que por mais que enxergasse, ela abafava as situações, e pensava estar ficando doida, que não era nada demais o que ocorria.

Bárbara, 26 anos, relata que o companheiro não a deixava sair para os lugares que queria, controlava suas amizades, só queria que ela tivesse amizade com os amigos dele. O mesmo falava a respeito do seu corpo, ela disse:

Teve uma época que eu sempre fui muito magra de pesar cinquenta e quatro quilos, aí teve uma época que eu cheguei a sessenta e ele falou nossa se você engordar mais um pouco eu vou perder o tesão em você, não vou querer mais fazer nada, ai eu fiquei horrível. Comecei a querer ficar sem comer, nossa foi horrível.

Complementou dizendo que a agressão começou da forma como muitos falam, dava um soco na mesa, porta, parede, até que um dia estavam discutindo e ele a jogou na cama, puxou seu cabelo, a socou, dizendo que ela não ia embora nem largar ele. Disse que ele a balançava, que seu braço ficou todo roxo e ela escondeu isso das pessoas. Além da violência física, ela relata um episódio que ocorreu uma violência sexual. Quanto a como se sentia, Bárbara relata que se sentia culpada, achava que estava fazendo mal a ele, lembrava das coisas boas, e ficava com

pena do companheiro. Nas palavras dela “Não pensava em mim. Eu esquecia de mim para pensar nele, sabe...”

As vivências relatadas reafirmam o que Hirigoyen citado por Schwab e Meireles (2017) expõe de que a violência psicológica se apresenta enquanto fenômeno de controle, isolamento, ciúmes, humilhações, atos de intimidação, sendo possível identificar nas vivências compartilhadas a presença dessa violência de forma recorrente.

Dias, citado por Oliveira (2015), aponta que além da dificuldade de reconhecer a violência psicológica enquanto parte da violência, há a existência do ciclo da violência influenciando a permanência e dificuldade do rompimento. Em alguns casos, assim como aparece nos relatos, a mulher em situação de violência pode vir a justificar os comportamentos agressivos, crendo ser de sua responsabilidade, ou que se trata somente de uma fase, pois acredita que ele mudará.

Por fim, um ponto importante para ressaltar é que é necessário considerar a vivência de uma situação de violência além da questão de gênero. Alencar (2017) explicita ao dizer que o fenômeno da violência se trata de uma relação de poder e controle sobre o outro em uma relação. Refletir sobre esse ponto permite evidenciar que as relações de violência ocorrem e atinge mulheres lésbicas, sendo necessário, desmistificar o mito existente de que a violência se dá somente na ordem de gênero, em relações heteronormativas.

#### 4.2 PERCEPÇÃO DAS MULHERES A RESPEITO DA VIOLÊNCIA

Considerando o discurso exposto pelas participantes, o reconhecimento da violência não se deu de forma explícita, reafirmando o exposto por Hirigoyen, citada por Maia e Cascaes (2017), de que a mulher pode vir a não reconhecer que está em situação de violência.

Além disso, há uma tentativa de justificar e atribuir ao ciúmes excessivo falas do companheiro ou companheira, como forma de cuidado. Nesse sentido, Melissa relata que:

[...] Tudo eu via numa ótica de cuidado, sabe? “Ela tá cuidando de mim, tá preocupada, só quer meu bem, ela tá vendo meu lado, só tá cuidando da minha saúde, se preocupando”. Então, eu achava que, assim, tudo eu justificava, era tipo “Ah eu não tô indo na casa da minha mãe porque, né? É normal”.

É interessante pensar que na violência psicológica o ato é feito de forma sutil, pois as marcas são invisíveis, dificultando compreender a dimensão dessa violência. A mulher pode vir até mesmo a duvidar da credibilidade de sua percepção de estar vivenciado uma violência, como relata Maria, ao dizer “Eu tô ficando doida, não é nada demais”, ao questionar certas atitudes presentes na relação.

Em sua maioria as participantes relataram que, além de não terem, de fato, informações claras sobre a violência contra a mulher e sobre suas possibilidades de se protegerem e afastar o agressor, tem-se o fato de que mesmo quando apresentadas a informações sobre a violência, há uma dificuldade em se perceber como vivendo uma relação violenta. Por exemplo, Eduarda relatou que, mesmo tendo conhecimento acerca da temática e estudando sobre violência, não se percebia em situação de violência na relação, e que somente por olhares externos começou a se questionar a respeito.

Um outro fator existente em relacionamentos em que há perpetração de violência é que esta pode ser reconhecida a partir do momento em que há evidências físicas. Barbará expôs este

fato da seguinte maneira: “Eu só fui ter noção quando ele me bateu, porque as sexuais eu achava que era assim mesmo, que homem era assim, eu achava que era normal”.

Outro fator existente da percepção é a forma como essa mulher se vê no contexto social. Maia e Cascaes (2017) ressaltam que a relação estabelecida com a rede de apoio tende a ficar fragilizada frente a violência. Esse apontamento ficou explícito em alguns discursos das participantes que relataram ter sofrido um afastamento da família, não tendo com quem falar a respeito do assunto, resultando no pensamento de que não teriam alguém para ajudá-las, sendo este um fator de risco, conforme relatado por Helena “fui ficando cada vez mais isolada da minha família, porque as pessoas viam o comportamento nocivo dele, e acabavam por se afastar, porque naquela época eu ainda estava um pouco cega”.

No entanto, para Bárbara a realidade era que o companheiro não permitia que fosse falado sobre o relacionamento dos dois, impossibilitando que formulasse um pedido de ajuda ou que relatasse a situação, novamente reforçando a violência.

No artigo 7º da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), aponta condutas existentes na violência psicológica como controle das ações, comportamentos e decisões. Em seu relato sobre as violências perpetradas, Melissa cita:

Eu era dependente financeiramente dela. Quando a gente iniciou, ela sabia que eu estava só fazendo faculdade, e aí, depois ela mesma não quis que eu trabalhasse e fizesse faculdade. Então ela falou para eu ficar em casa que ela sustentaria a casa e depois que eu me formasse a gente iria dividir, em tese era isso o acordo.

Interessante pensar que, em decorrência da limitação financeira resultante da violência perpetrada, ocorreu na relação a dependência financeira, que como apontado por Rodrigues (2020), é um dos motivos da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos.

A mesma participante, Melissa, em outro momento disse: “Eu me sentia sempre em dívida com ela, eu achava que cabia a mim o papel de manter a felicidade dela, ela satisfeita, e assim que era o casamento, uma vez que a gente casou eu deveria aguentar tudo”.

Considerando o exposto, tem-se a compreensão de que as violências podem ser facilmente percebidas a partir do ponto externo à relação, mas não para quem está envolvido, pois existem diversos fatores que contribuem para uma invisibilidade desta violência, que fica atrelada e confundida com a percepção de cuidado.

As participantes da pesquisa associam a situação de violência enquanto física, psicológica e sexual, sendo citada a moral. Notável no decorrer da conversa que o não conhecimento explícito quanto às violências determinadas pela Lei Maria da Penha (2006), influenciam de certa maneira no que se compreende como violência, dificultando esse reconhecimento.

#### 4.3 JUSTIFICATIVA DA PERMANÊNCIA PARA SI MESMAS

O motivo de muitas mulheres seguirem em relações violentas é uma questão importante neste tema. Há vários pontos descritos como possíveis razões e buscou-se dar voz às mulheres entrevistadas para que falassem deste ponto a partir de sua perspectiva.

A partir disso, Helena retratou que ela se sentia carente e sozinha, e percebe isso mais como uma carência do que dependência. Lua relata que o que a influenciava nessa permanência era o apego emocional que tinha em relação ao companheiro. Assim, como Helena e Lua, Bárbara

relatou que também estava na relação para não se sentir sozinha, que era dependente emocional da relação. Eduarda, apontou que ela permanecia na relação por crer que ela poderia ser tratada melhor, apesar de não achar que ele mudaria. Melissa, aponta que o emocional dela se encontrava abalado, e que não acreditava suportar mais do que suportava naquele momento, então acreditava que se saísse da relação, achava que não conseguiria começar de novo. Além disso, disse que o fator financeiro também influenciou nessa decisão, pois ele confunde, retratando da seguinte forma:

O fator financeiro te confunde muito, porque você tá sem uma independência ali e aí é mais uma dependência além da emocional. A financeira afeta muito seu julgamento, porque cê pensa, a pessoa tá mantendo toda a casa para você, e aí você tá pensando mal dela sabe? Fica parecendo uma traição, e isso afeta demais, e eu acho que é um fator que deve ser levado em consideração.

Maria aponta que o sentimento que tinha em relação ao companheiro foi o que a influenciou, e também os sentimentos que acreditava que vinham da parte dele, de acordo com ela “pequenas ilusões” que apareceriam a mantiveram.

As vivências relatadas reafirmam o que Day et al. (2003) e Rodrigues (2020) expõem ao mencionarem alguns fatores que contribuem na permanência de mulheres em relações abusivas. Os autores explicitam a dependência emocional e financeira, além do fato de se verem sem apoio ou suporte da família ou amigos. A esperança referida, de que “ele vai mudar um dia” aponta a questão da recorrência dos momentos do ciclo de violência, que também se mostra como aspecto importante nas dificuldades para mulheres se desligarem de relacionamentos abusivos, conforme expressam Soares (2005), Albertim e Martins (2018) e Oliveira (2015).

#### 4.4 O QUE FICOU DA VIVÊNCIA DO RELACIONAMENTO ABUSIVO

Pensar o que ficou de um relacionamento abusivo é complexo, considerando que embora as violências possam se assemelhar em alguns aspectos, ninguém vive uma violência da mesma forma. Somente quem viveu uma situação destas pode ser capaz de expressar as mudanças em si e dizer o que ficou, e é a partir dessa ótica que se buscou dar voz a essas mulheres.

Helena retrata que logo após os primeiros seis meses do término da relação ainda se encontrava ‘anestesiada’. Não conseguia se aproximar das pessoas, porque elas se aproximavam e ela não acreditava. Questionou-se nesse período em relação a tudo, da sexualidade, se gostaria de um homem de novo ou não. Além disso, relatou ter crises de pânico, crises de ansiedade que antes não tinha.

Lua aponta que tem dificuldade de entrar em outros tipos de relações por conta do que vivenciou, e um fator que mais a afeta é a autoestima, pois já havia questões antes com seu corpo, mas as palavras dele a respeito influenciaram na forma que se vê.

Enquanto isso, Eduarda diz que tem coisas que foram, com isso relata:

[...] Eu namoro hoje em dia e aí ficar pensando “Será que isso tá bom mesmo para essa pessoa, já que ele falava tanto que não era bom, sabe?”. Então, acho que ficou algumas inseguranças, apesar de que hoje eu acho que eu não passaria por essas coisas de novo, mas sempre tem alguma coisa que fica.

Melissa expõe da seguinte forma, “hoje em dia eu sei muito melhor aquilo que eu aceito,

aquilo que eu não aceito, quais são os meus limites. Me deixou muito mais atenta para comportamentos estranhos”. No entanto, retrata que:

[...] não pensava na possibilidade de me relacionar de novo depois de tanto tempo convivendo com alguém. Era muito difícil ficar sozinha, emocionalmente falando, era uma falta, uma dependência mesmo, cria uma dependência emocional. Então, tinha esses momentos de não querer nunca nada, nunca mais, e de ‘Nossa! Eu preciso ter alguém comigo’.

Maria diz que observou em si mesma que: “Positivamente eu acho que eu cresci em como enxergar a relação com o outro. Naquela época eu tinha muito a ideia de que alguém me completaria, hoje percebendo o que realmente aconteceu, eu não tenho mais essa ideia e isso faz com que eu me sinta melhor comigo mesmo”.

Em contrapartida, de negativo, após sessões de terapia, percebeu que tem alguns bloqueios, e sempre encontra na pessoa um motivo para não continuar na relação. Enquanto Bárbara teve suas inseguranças no aspecto sexual, gerando insegurança durante o ato, devido a vivência em seu relacionamento.

De acordo com os relatos, as implicações de vivenciar um relacionamento abusivo se manifestam em determinados aspectos como em inseguranças e diminuição da autoestima da mulher, o que corresponde ao apresentado por Santos, Sanchotene e Vaz (2019) e por Leite et al. (2016), que indicaram que vivenciar uma relação que há perpetração de violência, pode acarretar danos psicológicos, podendo resultar em transtornos diante da gravidade da situação.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou levantar a percepção de mulheres que vivenciaram relacionamentos com perpetração de violência e sobre os possíveis fatores que influenciaram sua permanência nesta relação, além de apurar seu entendimento sobre a violência no relacionamento e identificar os afetos vivenciados no relacionamento abusivo.

Ouvir seus relatos sobre como justificam para si mesmas a sua permanência no relacionamento abusivo permitiu confirmar o que se encontra na literatura, ou seja, que as causas envolvem fatores como dependência emocional e financeira, medo da solidão, sentimentos quanto ao parceiro ou parceira, compreensão da violência como ato de cuidado. Neste grupo de mulheres entrevistadas, a dependência emocional foi o que mais se destacou, contribuindo para que estas mulheres em situação de violência tivessem dificuldade em pôr fim à relação.

Durante a pesquisa foi possível compreender que há uma necessidade de tornar mais visível os assuntos de violência contra a mulher, pois, apesar de serem expostos em nossa sociedade, algumas participantes relataram a dificuldade de reconhecer a violência enquanto estavam nessa relação. Tal fato mostra a importância de se pensar em estratégias facilitadoras para que o reconhecimento da violência seja mais explícito e acessível às mulheres.

O desenvolvimento do trabalho se mostrou de suma importância para a compreensão sobre a permanência de mulheres em situação de violência, atingindo os objetivos previstos. No entanto, durante o processo notou-se a necessidade de realização de novas pesquisas sobre relacionamentos homoafetivos entre mulheres nos quais há perpetração de violência.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTIM, Renata; MARTINS, Marcelo. **Ciclo do relacionamento abusivo**: desmistificando relação tóxicas. In: 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Joinville/SC, 2018. Disponível em: <<https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0301-1.pdf>>. Acesso em: 11 julho 2022.
- ALENCAR, Renata dos Santos. **Violência doméstica na relação homoafetiva de mulheres lésbicas**. 2017. 94 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública), PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2017. Disponível em: <[https://www.ppgsp.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses\\_e\\_dissertacoes/dissertacoes/2015/201508%20-%20ALENCAR.pdf](https://www.ppgsp.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses_e_dissertacoes/dissertacoes/2015/201508%20-%20ALENCAR.pdf)>
- BIELLA, Janize Luiza. **Mulheres em situação de violência**: Políticas públicas, processo de empoderamento e a intervenção do assistente social. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Departamento do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial286678.pdf>>. Acesso em: 11 julho 2022.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia. Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, Minas Gerais, v. 2, n. 3, p. 68-80. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>>. Acesso em: 11 julho 2022.
- BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>
- BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>
- BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto - Enfermagem** [online], v. 15, n. 4, 2006. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/tce/a/9VVBbHT3qxByvFCtbZDZHgNP/>>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional dos Psicólogos. Brasília, agosto de 2005.
- DAY, Vivian Peres, et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul**. v.25, n. 1, p. 9-21, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1>> Acesso em: 19 de novembro de 2022.
- FALCKE, Denise et al. Violência conjugal: um fenômeno interacional. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, p. 81-90, 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v2n2/v2n2a02.pdf>>. Acesso em: 11 julho 2022.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra mulheres em 2021**. São Paulo, 2022. Disponível em: <[https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/violencia-contra-mulheres-em-2021/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-contra-mulheres-em-2021/)>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Nadirleone Pereira; FREIRE, Normélia Maria. Vivência de violência familiar: homens que violentam suas companheiras. **Rev Brasileira de Enfermagem**. p. 176-179, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/ZBCFFT7SCB7zFHbgtTLfw5f/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 11 julho 2022
- HOOKE, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6969603/mod\\_resource/content/1/bell\\_hook\\_s\\_o\\_feminismo\\_%C3%A9\\_para\\_todo\\_mundo\\_Pol%C3%ADticas\\_arrebatadoras%20%282%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6969603/mod_resource/content/1/bell_hook_s_o_feminismo_%C3%A9_para_todo_mundo_Pol%C3%ADticas_arrebatadoras%20%282%29.pdf)> Acesso em: 18 abr. 2022.
- JONG, Lin Chau; SADALA, Maria Lúcia Araujo; TANAKA, Ana Cristina D' Andretta. Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**.

São Paulo. Março de 2008. Disponível em: <<https://cyberleninka.org/article/n/1485430>>. Acesso em: 11 julho 2022.

KIND, Luciana et al. Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. **Cadernos de Saúde Pública [online]**, v. 29, n. 9, p. 1805-1815, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/sfWwVSXcjQzzbDH3vyWv3KC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 julho 2022.

LEITE, Franciele Marabotti Costa et al. Mulheres vítimas de violência: percepção, queixas e comportamentos relacionados à sua saúde. **Revista de enfermagem UFPE online**. Recife, v. 10, (Supl. 6), p. 4854-61, 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/11265-25440-1-PB.pdf>>. Acesso em: 11 julho 2022.

MAIA, Laura Rodrigues; CASCAES, Neide. **A cultura do machismo e sua influência na manutenção dos relacionamentos abusivos**. 2017. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/10409/2/Laura%20tcc%20%20versao%20final%20pdf.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

OLIVEIRA, Andressa Porto. **A eficácia da Lei Maria da Penha no combate à violência doméstica contra a mulher**. 2015. 71 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/851>>. Acesso em: 11 julho 2022.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política [online]**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

RODRIGUES, Sarah Araújo. **Variáveis que afetam a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos: uma revisão integrativa**. 2020. 34f. Monografia (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário Fametro, Fortaleza, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.unifametro.edu.br/bitstream/123456789/454/1/SARAH%20ARA%20C3%9AJA%20RODRIGUES%20TCC.pdf>>. Acesso em: 06 setembros 2022

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva - Revista da Fundação Seade**, n.13, v. 4, p. 82-91, 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000400009>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

SANTOS, Amanda; SANCHOTENE, Nicole; VAZ, Paulo. A invenção do relacionamento abusivo: sofrimento e sentido nas relações amorosas de ontem e hoje. **Revista Líbero**, v. 22, n 44, p.122-135, 2019. Disponível em: <<https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1072>>. Acesso em: 11 jul 2022.

SCHWAB, Beatriz; MEIRELES, Wilza. **Um soco na alma: Relatos e análises sobre violência psicológica**. Brasília: Pergunta Fixar, 2017.

SOARES, Bárbara M. **Violência contra a mulher – orientações práticas para profissionais e voluntários(as)**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

## APÊNDICE

### ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Qual sua idade?
2. Qual sua escolaridade?
3. Possui filhos?
4. O que você compreende como sendo violência?
5. Você sabe quais são os tipos de violência existentes?
6. A partir da sua vivência, poderia me contar o que ocorreu na sua relação?
7. Quanto tempo durou a relação?
8. Como foi manter esta relação?
9. Você conseguiu perceber que estava vivenciando uma violência doméstica?  
Ou, não compreendia isso na época do relacionamento?
10. Em algum momento pensou em sair dessa relação?
11. Consegue pensar no que influenciava a sua decisão de sair ou não dessa relação?
12. Você tinha alguma rede de apoio que pudesse confiar em relatar a situação de violência?
13. Na época que estava tendo esse relacionamento, você trabalhava? E atualmente, você trabalha?
14. Observou/Observa alguma mudança em você após a vivência desse relacionamento?